

Acta número dois

Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e sete, reuniu na Residência de Estudantes de Mesão Frio, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto um: Período antes da ordem do dia; -----

Ponto dois: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade municipal e da sua situação financeira bem como sobre recursos e processos judiciais pendentes; -----

Ponto três: Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respectiva Avaliação; -----

Ponto quatro: Documentos de Prestação de Contas do ano de 2006 – Proposta de Aprovação; -----

Ponto cinco: Aplicação de Resultado Líquido do ano de dois mil e seis – Proposta e Aprovação; -----

Ponto seis: Criação da Douro Norte Ambiente – Empresa Intermunicipal de Resíduos de Vale do Douro – Norte, I IM – Pedido de parecer favorável à criação; (artigo 8.º da Lei 53 F/2006, de 29 de Dezembro); -----

Ponto sete: Apreciação e votação da proposta sobre a Revitalização da Linha do Douro; -----

Ponto oito: Período aberto ao público. -----

Estiveram presentes os seguintes membros da Assembleia: Aldina de Fátima Monteiro Pereira, Presidente da Assembleia Municipal, António José Rodrigues Teixeira, 1º Secretário, Sandra Cristina Barbosa Ferreira, 2ª Secretária, Maximiano Pereira Correia, Maria João dos Santos Monteiro, Pedro Filipe de Sousa Ferreira, Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, Maria Rosa Freitas da Silva, Altino de Sousa, Manuel de Barros, António Maria Lemos Pinto, José Monteiro da Fonseca, Manuel Fernando Mesquita Correia, Manuel José Miranda Ferreira, José Maria Cardoso Carreira, Nuno Vasco de Almeida Machado, Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio, Firmino Teixeira Várzea, Filipe Teixeira e Manuel Pinto de Sousa.

Participaram também nesta sessão os seguintes membros da Câmara Municipal: Marco António Peres Teixeira da Silva, Presidente da Câmara Municipal, António

Adelino Osório, José Luís Paiva Cortês, Cristina Isabel de Almeida Guedes Major e Mário Luís Mendes de Sousa Pinto, Vereadores. -----

A sessão teve início às vinte e uma horas e dez minutos, com leitura da acta anterior para posterior aprovação. -----

O Deputado Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio pediu a palavra para referir que não foram paralelos para a Igreja de Cidadelhe e que não foi ele que disse que foram paralelos para Cidadelhe, foi o Senhor Presidente da Câmara. Referiu ainda que foi ele quem questionou pelos pormenores da reunião sobre o encerramento das urgências do Hospital do Peso da Régua. -----

Posta à votação com as devidas correcções, a acta foi aprovada por unanimidade. --- De seguida, a Presidenta da Assembleia fez referência à correspondência recebida desde a última sessão. -----

No período antes da ordem do dia inscreveram-se para intervir os deputados Nuno Vasco de Almeida Machado, Manuel Pinto de Sousa, Eduardo Pereira Carvalho Sampaio, Maximiano Pereira Correia. -----

O Deputado Nuno Vasco de Almeida Machado tomou a palavra para questionar a mesa da Assembleia sobre a resposta que obteve em relação do ofício que enviou para a CCRN, acerca da constituição do secretariado de Apoio à Mesa de Assembleia. -----

A Presidente da Assembleia referiu que tal como ficou combinado, fez um ofício e vários contactos a pedir esclarecimentos e, até ao momento ainda não tinha obtido resposta. -----

O Deputado Nuno Vasco de Almeida Machado pediu à Mesa, para ter acesso à cópia do ofício que foi enviado, e referiu que enquanto não houver mudanças, assiste à sessão sob protesto. Manifestou o seu desacordo em relação à disposição da mesa e membros da Câmara, tal como o fizera na sessão anterior. -----

Lamentou ainda o encerramento do espaço da Internet, já que na sua opinião era uma das coisas boas de Mesão Frio. -----

Continuou com o uso da palavra, referindo que numas sessões anteriores, se tinha falado sobre as obras ilegais e o senhor Presidente tinha dito que não sabia de nenhum caso. O Deputado referiu que como ficou admirado com a resposta, solicitou aos serviços da Câmara Municipal as obras que foram elencadas no relatório do IGAT de 1995 onde se constata a existência de vários casos. -----

Chamou ainda a atenção para o facto de, ter havido obras que foram demolidas (como é o caso de uma varanda, na freguesia de Vila Marim) e ainda disseram que foi o Dr. Nuno que obrigou a Câmara a proceder dessa forma. Deu o exemplo de uma outra obra com data de 1997, com ordem de demolição, pois à luz do Plano Director Municipal não era legalizável, e essa ordem foi suspensa. Afirmou que “as suspensões são direccionadas, de acordo com a cor politica”. Sublinhou que não pretendia que demolissem as casas mas que se legalizassem. Disse: “Resolvam os problemas com os engenheiros e se precisar de gastar 20 a 30 mil euros com advogados, que se gaste.”-----

Prosseguiu com a sua comunicação referindo que quando o Senhor Presidente disse que não sabia da existência de obras ilegais, omitiu ao órgão, Assembleia Municipal, que tem funções fiscalizadoras, e ele enquanto elemento da Assembleia pretende “zelar pelo interesse de todos os munícipes”.-----

Questionou a assembleia, se “não deveria ser preocupação das pessoas com responsabilidades, arranjar soluções para todos estes casos, destros da Lei, é claro”.

Disse que ele próprio tentou resolver um caso, que lhe parecia de fácil solução, mas quando houve a necessidade de a Câmara passar uma certidão, os serviços recusaram fazê-lo. Terminou, referindo “assim não se precisa da Câmara de Mesão Frio, e quando tal até estamos anexados à Câmara da Régua”. -----

O Deputado Manuel Pinto de Sousa fez uso da palavra para dizer que ainda não lhe foi enviada a cópia do pagamento dos paralelos e que por isso reiterava o pedido. ---

O Deputado Adalberto José Soeiro de Carvalho Sampaio tomou a palavra para lembrar novamente da situação do entulho de S. Gonçalo, e que a estrada da Matosa encontrava-se da mesma forma. Alertou para o facto da vegetação continuar a crescer na estrada, junto ao bairro novo, pondo em perigo as pessoas que por lá passam. -----

O Deputado Eduardo Pereira Carvalho Sampaio fez uso da palavra para referir ao Deputado Nuno Vasco de Almeida Machado, que seguindo o Regimento da Assembleia Municipal “ é a mesa da Assembleia quem tem que queixar-se sobre os apoios à sua volta”. -----

O Deputado Maximiano Pereira Correia, usou da palavra para dizer que a situação das obras ilegais acontece em todos os concelhos. Considera importante resolvê-la , “mas tem a agravante da feitura do P.D.M. ter sido pressionada pelos prazos”. É

verdade que se estava a aguardar para resolver algumas situações, mas há outras que não têm forma de serem resolvidas. Disse que teve a oportunidade de conhecer a nova proposta de revisão do PDM. E que de uma forma geral parece-lhe que iria resolver muitas questões. Afirmou que, a preocupação existe, e que se tem tomado diligências para se poder ultrapassar os problemas. -----

A Presidente da Assembleia retomou a palavra para dizer ao Deputado Nuno Vasco de Almeida Machado que em relação à constituição da mesa “mais importante do que a disposição da mesa ou/e vereadores será a tomada de uma atitude democrática por parte de todos os elementos”. -----

Acrescentou que a acta contém o que os secretários da mesa da Assembleia consideram importante pois são eles responsáveis pela sua elaboração, sendo posteriormente submetida a votação. -----

Em relação ao que disse o Deputado Manuel Pinto de Sousa, a Presidente da Assembleia referiu que lhe foram enviados os documentos que requereu e solicitou no que no futuro fosse mais específico e pormenorizado nos requerimentos formulados. -----

De seguida, deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

O Deputado Nuno Vasco de Almeida Machado referiu que ninguém pediu esclarecimentos ao Senhor Presidente, tendo a Presidente da Assembleia dito que o Presidente da Câmara lhe tinha pedido o uso da palavra e, por isso, ia fazer uso dela. O Deputado Nuno Vasco de Almeida Machado disse que não tinha ouvido. -----

O Presidente da Câmara começou por dizer que o espaço Internet fechou porque estar a ser remodelado. Em relação às obras ilegais, o presidente da Câmara disse que não estava na Assembleia para ouvir lições de moral do Deputado Nuno Machado. Afirmou que “o deputado não era nenhum exemplo, pois tinha conhecimento de um cliente seu, sobre uma garagem em Vila Marim, que até fez um acordo por 200 contos. Afirmou ter visto a fotocópia do cheque, e que o Deputado foi falar com ele à Câmara. Acrescentou que era necessário algum cuidado com questões como esta, pois na bancada do Deputado havia gente que, se isto for para a frente, a sua casinha vai abaixo”. -----

O Presidente continuou dizendo que está tudo mais que estudado e que não há qualquer hipótese de legalizar, à luz do actual PDM. -----

Considera que se há casas ilegais é porque as pessoas não têm dinheiro para fazerem obras e precisam por exemplo uma casa de banho e o PDM não permite construí-la. Informou ainda que foi visitado por uma brigada da polícia judiciária, e que disse toda a verdade, inclusive, que nunca mandaria demolir nenhuma casa com crianças e quando isso acontecer que se demite. -----

Sobre a questão da certidão referida pelo Deputado Nuno Machado, referiu que a Câmara Municipal normalmente é “o caixote do lixo dos outros serviços”, e se a resposta do funcionário não foi a melhor, não podia responder por essa pessoa. Se houver alguma queixa e ele não intervir, ai sim tem responsabilidade na matéria. -----

O Deputado Nuno Vasco de Almeida Machado, pediu a palavra para dizer que só deu exemplos das obras ilegais, porque o Sr. Presidente tinha – os omitidos à Assembleia. E, relação ao cheque referido pelo Sr. Presidente da Câmara, o deputado disse que “o Senhor Presidente e o Dr. Cassiano foram mentir ao Ministério Público, dizendo que eu ia usar esse cheque para compra membros da Câmara. Eu só vou à Câmara resolver assuntos importantes para as pessoas”. Disse ainda que a certidão era apenas por causa de situações de divisão de bens e que os Técnicos da Câmara só tinham de ir verificar. -----

O Deputado Manuel Pinto de Sousa questionou o Presidente da Câmara, sobre quem eram os deputados do PS a que se referiu terem obras ilegais, pois tinha perguntado aos outros Deputados e ninguém sabe. -----

Como resposta o Presidente da Câmara perguntou-lhe se já se tinha perguntado a ele próprio. -----

O Deputado comentou, que uma pessoa lhe disse que não tinha a remodelação do caminho feita porque não era amigo do Presidente, ao que o Presidente respondeu que era apenas a opinião dessa pessoa. -----

Aproveitou ainda para lhe dizer que a resposta que teve da Câmara Municipal sobre os paralelos, era a que recebeu e que não ia ter mais nenhuma, porque e disse: “isto não é uma novela”. -----

O Deputado Manuel Pinto de Sousa voltou a fazer uso da palavra para referir que está ali para defender os cidadãos e disse ter pena dos outros não denunciarem situações irregulares e, como ele ainda continua com duvidas, vai consultar advogados e se houver crime, vai levar ao Ministério Público. Terminou, entregando um novo requerimento à mesa da Assembleia. -----

O Deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira pediu a palavra para dizer que lamentava estar-se tanto tempo a discutir, e não se ter falado sobre o que realmente interessa. Referiu ainda que “tinha orgulho de pertencer ao grupo político a que pertencia e parecia que o Deputado Nuno queria o mal das pessoas humildes, ao contrário do Presidente da Câmara, tem sensibilidade e ajuda às pessoas”. -----

O Deputado Nuno Vasco de Almeida Machado pediu a palavra para dizer que as afirmações que o Deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira proferiu são de uma baixeza enorme. E que gostaria que lhe dissesse quem foi o munícipe que ficou prejudicado com as sua afirmações, pois eu não referi qualquer nome na leitura que fez dos excertos. -----

O presidente da Câmara retomou a palavra para dizer que o Deputado Nuno Vasco de Almeida Machado prejudicava os munícipes, porque estava a levantar o problema, comprometendo o presidente. E se o Presidente não actuar, é grave, Disse “se tudo isto avançar, 40% das famílias de Mesão Frio vão para debaixo da ponte e o Deputado Nuno vai dizer que não acusou ninguém”. O Presidente concluiu, referindo que tomou conhecimento do que se passava e que vai tomar as devidas medidas. ----

O Deputado Pedro Filipe de Sousa Ferreira voltou a intervir para referir que “o Deputado Nuno Machado de boa ou má vontade podia prejudicar todos os munícipes. E o que disse anteriormente foi um ataque político e não pessoal. -----

O Deputado Nuno Vasco de Almeida Machado, voltou a tomar a palavra referindo que apenas levantou a questão para dizer que o Presidente omitiu a verdade. -----

A Presidente da mesa prosseguiu a sessão informando os presentes que foi entregue pelo Deputado Eduardo pereira Carvalho Sampaio uma proposta sobre o encerramento do Gabinete de Apoio à Agricultura, por parte do Governo, para ser posta a votação. Com a devida autorização procedeu à sua leitura. -----

O Deputado Nuno Vasco de Almeida Machado pediu a palavra para dizer que o Governo começou a demolir os serviços, pelo interior do país, e é com tristeza que vê mais um serviço a sair do concelho à semelhança de outros, como o Tribunal, por exemplo. E que o grande mal era os dois grandes partidos nacionais estarem de acordo sobre aquele assunto. -----

O presidente disse que está plenamente de acordo com o que o Deputado Nuno Vasco de Almeida Machado disse, pois o que se estava a passar era um atentado para o interior e que era importante que as pessoas se manifestassem

nomeadamente a bancada do P.S que é a que está mais próxima do Governo e nesta questão tem um papel importante. -----

O Deputado Manuel Pinto de Sousa fez uso da palavra para dizer que em relação a esta situação, há cerca de 16 anos, disse ao Senhor Presidente que se não tomasse atitudes progressivas, o concelho iria perder. Questionou o Presidente da Câmara relativamente ao desenvolvimento do concelho e disse-lhe para não tentar desculpar-se. -----

O Presidente da Câmara proferiu que a atitude do Deputado Manuel Pinto de Sousa mudou a partir do momento em que a Câmara não lhe fez o caminho que ele pretendia. -----

Posta a proposta a votação esta foi aprovada por unanimidade. -----

O vereador Mário Luís Mendes de Sousa Pinto pediu a palavra para intervir, mas o Presidente da Câmara não o permitiu, dizendo que quem representa a Câmara é o Presidente da Câmara. -----

No ponto número dois da ordem de trabalhos, acerca da apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade Municipal, situação financeira e processos judiciais pendentes, a Presidente da Assembleia solicitou a palavra ao Presidente da Câmara para proceder aos esclarecimentos que considerasse oportunos. -----

O Presidente referiu que os documentos foram entregues para previamente serem analisados, e que se encontrava disponível para todos os esclarecimentos. -----

O Deputado Manuel Pinto de Sousa pediu a palavra para dizer que a valeta referida pelo Deputado Manuel Fernando Mesquita Correia na acta da reunião anterior, não era efectivamente uma valeta, mas sim um rego. -----

Comentou ainda que existem várias pessoas descontentes com águas perdidas de fossas e águas de máquinas de lavar. -----

No ponto três da ordem de trabalho, acerca do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, a Presidente da Assembleia contextualizou o assunto e solicitou a palavra ao Presidente da Câmara para proceder aos devidos esclarecimentos. -----

O Presidente mostrou-se disponível para prestar os esclarecimentos solicitados pelos membros da Assembleia. -----

Como a Assembleia não pediu qualquer esclarecimento passou-se de imediato para

o ponto seguinte da ordem de trabalhos, documentos de prestação de contas do ano de 2006, tendo a Presidente da Assembleia dado a palavra ao Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos. -----

O Presidente referiu que, tal como os outros documentos, estes também foram dados previamente para serem analisados. Mostrou-se disponível para prestar qualquer esclarecimento. -----

O Deputado Nuno Vasco de Almeida Machado tomou a palavra para colocar algumas questões à consideração da Assembleia, nomeadamente que na carrinha “Quatro L” que, não valeria mais de 1000 euros, gastaram-se balúrdios de dinheiro para nada! – Meter-se um motor novo num carro podre não era boa gestão e em relação ao plano de actividades Municipais, as execuções são no mínimo sofríveis. -----

O Presidente da Câmara retomou a palavra para esclarecer que, em relação aos veículos, não pode abater de uma só vez os carros antigos pois teve que adquirir vários veículos, e quando não há dinheiro para comprar carros novos, tem que se reparar os velhos. Em relação aos planos, disse que a Câmara é quase obrigada a fazê-los, porque foi preciso adaptar a situação financeira da Câmara, à nova lei de finanças. Referiu ainda que “a receita diminuiu e a despesa deste ano diminuiu ainda mais que a receita”. -----

O Deputado Nuno Vasco de Almeida Machado questionou o Presidente da Câmara, se a despesa não estava a subir, ao que o Presidente respondeu que poderia voltar a subir, pois se se verificasse que podia fazer um bom investimento, pedir recurso à banca. E disse: “Obras ficam. E Não se pode ter duas coisas: obra e sem despesas”.

O Deputado Nuno Vasco de Almeida Machado retomou a palavra para dizer que, tendo em conta o que a Câmara Municipal se propôs fazer, conclui que no ano 2006 não fez quase nada. Acrescentou que os gastos avultados que a Câmara tem em comunicações, num concelho pobre como o de Mesão Frio não abonem nada para a diminuição da despesa. -----

O Presidente alertou para o facto de as despesas das comunicações não se referirem apenas aos telemóveis, cujo valor do pacote é fixo, mas do trabalho na área social e da educação pois há necessidade de se fazer comunicações para a interligação dos vários serviços. Deu vários exemplos, como é o caso do transporte e almoço dos alunos cuja situação será abrangida no proximo

O Deputado Nuno Vasco de Almeida Machado referiu que os almoços das crianças eram comparticipados pelo estado. -----

O Presidente da Câmara disse que a quantia é tão insignificante, que se fosse só com o dinheiro do Estado, não haveria almoços para as crianças. Informou ainda que quando aparecem chamadas telefónicas estranhas (para jogos, estrangeiro, etc) os funcionários têm que assumir essas despesas. Afirmou que “um funcionário da Autarquia ia pagar mil euros”. -----

O Deputado Nuno Vasco de Almeida Machado voltou a fazer uso da palavra, dizendo que ficava contente se soubesse que o Concelho estava a evoluir, o que na sua opinião não se tem verificado, dizendo que havia um acréscimo de 500 euros por mês! Questionou se não seria devido ao Gabinete de Imprensa? -----

O Presidente retomou a palavra para dizer que “durante anos ouvia dizer às vozes do Partido Socialista que era preciso dar emprego aos jovens que se formavam como durante a campanha eleitoral ouvi o P.S. falar de um jornalista aproveitou a ideia e criou o Gabinete de Imprensa. Disse que “Tudo o que é normal nas outras Câmaras, em Mesão Frio é anormal mas se fosse o P.S., já era normal”. -----

Continuou, dizendo que um concelho que tem como base económica uma área em decréscimo como é a agricultura, a Câmara não podia fazer grande coisa e teria que se direccionar para o turismo e fazer tudo para ir avante com dois investimentos que estão previstos, como o Hotel, dando um grande salto no desenvolvimento. -----

O Deputado Nuno Vasco de Almeida Machado referiu que quem vem de fora para trabalhar no Hotel, não tem onde viver porque não há construção no concelho. -----

Em resposta, o Presidente disse que não há construção porque tem de ser aprovado pelo IPPAR, o que era difícil. -----

Postos os documentos a votação, estes foram aprovados por maioria, registando-se 16 votos a favor, **três votos contra** e uma abstenção do Deputado Filipe Teixeira. -----

No Ponto cinco da ordem de trabalhos, referente à aplicação de resultado líquido do ano de 2006, a Presidente da Assembleia

No período aberto ao público não houve intervenções. -----



MUNICÍPIO DE MESÃO FRIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Para efeitos imediatos, foi feita a minuta da acta que, depois de lida foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas zero horas e quinze minutos. Dela se lavrou a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da mesa da Assembleia. -----

Presidente:

1º Secretário:

2ª Secretária: